

O PAIGC APÓS VIIIº CONGRESSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS DISPUTAS INTRAPARTIDÁRIAS (2015-2019)¹

Eduardo Boni Nanque²

RESUMO

O artigo busca compreender como as disputas internas no PAIGC após o seu VIIIº congresso contribuíram para colocar o país numa instabilidade político-institucional. Em 2014, o PAIGC após um congresso interno bem disputado, participou nas eleições gerais realizadas no mesmo ano e saiu como vencedor. Em seguida, o país foi assolado pela crise política e institucional que inviabilizou o funcionamento normal das instituições. Diante disso, este trabalho busca responder a seguinte pergunta: como as disputas internas no PAIGC contribuíram para colocar o país numa instabilidade político-institucional? Adotamos a abordagem qualitativa de caráter descritiva e através de análise documental. Assim, constatou-se que as disputas no PAIGC afetaram o país, devido a fragilidade das instituições do Estado, também, porque a Constituição da República outorgou muitos poderes ao Presidente da República, inclusive, o poder de destituir o governo.

Palavras-chave: Partido Africano Independência de Guiné e Cabo-Verde; estabilidade política; Guiné-Bissau - história - 2015-2019; partidos políticos.

ABSTRACT

The article seeks to understand how internal disputes in the PAIGC after its VIIIth congress contributed to placing the country in political-institutional instability. In 2014, PAIGC, after a well-fought internal congress, participated in the general elections held in the same year and emerged as the winner. Then, the country was hit by the political and institutional crisis that made the normal functioning of institutions unfeasible. Given this, this work seeks to answer the following question: how did internal disputes in the PAIGC contribute to placing the country in political-institutional instability? We adopted a qualitative, descriptive approach through documentary analysis. Thus, it was found that the disputes in the PAIGC affected the country, due to the fragility of State institutions, also, because the Constitution of the Republic granted many powers to the President of the Republic, including the power to dismiss the government.

Keywords: African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde; political stability; Guinea-Bissau - history - 2015-2019; political parties.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

² Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Bacharel em Humanidades e graduando na Licenciatura em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O artigo busca compreender como as disputas internas no Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) após o seu VIIIº congresso contribuíram para colocar o país numa instabilidade político-institucional. O PAIGC é a maior organização partidária da Guiné-Bissau, fundada no dia 19 de setembro de 1956 com intuito de lutar contra a colonização portuguesa.

Após protagonizar a independência de Guiné-Bissau³ e Cabo-Verde⁴, ambos desvincularam-se em 1980, depois do golpe de Estado que destituiu no poder o então Presidente da República, Luís Cabral (cabo verdiano). O PAIGC continuou na gestão administrativa de Guiné-Bissau enquanto Partido-Estado até 1991, período em que aderiu ao multipartidarismo e que se concretizou com a realização das primeiras eleições em 1994.

Assim, em 2014, depois de dois anos de exílio em Portugal do presidente de partido, Carlos Gomes Júnior, por consequência do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, um acontecimento no qual, os militares, conforme observa Sousa (2013) ocuparam rádio, televisão pública, sede do partido e levaram preso o Presidente interino do país, Raimundo Pereira, o PAIGC, reuniu entre os dias 30 de janeiro a 3 de fevereiro, os 1.200 delegados na cidade de Cacheu, norte do país, no seu VIIIº congresso para eleger a nova estrutura e debater as leis internas.

Após esse processo, o partido participou nas eleições gerais: legislativas e presidenciais, onde saiu com uma maioria absoluta dos parlamentares para a Assembleia Nacional Popular (ANP), isto é, num universo de 102 deputados/as, PAIGC elegeu 57 e conseguiu também eleger José Mário Mário Vaz, Presidente da República. Todavia, as disputas intrapartidárias resultaram numa clivagem interna e colocaram o país numa situação de instabilidade política e institucional.

Tchau Tsi (1952) afirma que as disputas internas são imprescindíveis à organização nas organizações, sobretudo, nos partidos políticos. Mediante a isso, este trabalho buscou responder à seguinte pergunta: Como as disputas internas no PAIGC após VIIIº Congresso, transcenderam o aspecto político intrapartidário e colocaram o país numa situação de instabilidade político-institucional?

³ A Guiné-Bissau é um país situado na parte oeste do continente africano. Faz fronteira ao Norte pela República de Senegal e ao Sul pela República de Guiné Conakry. está dividida em três províncias: norte, leste, sul e mais um setor autónomo, Bissau.

⁴ Cabo-Verde conseguiu conquistar a sua independência no 5 de julho de 1975 proclamou a independência.

Para responder essa questão, elegemos as abordagens de enfoque organizacional a partir das contribuições dos cânones dos estudos sobre os partidos políticos, nomeadamente: Roberts Michels com a sua obra “Sociologia dos partidos políticos”, um trabalho clássico que coloca em pauta a questão da democracia intrapartidária; Também, o Panebianco (2005) com a sua obra “Modelos do partido: organização e poder nos partidos políticos”, assim como alguns estudiosos nacionais que de uma certa forma, nos servem de embasamento teórico para compreensão desse fenômeno.

Semedo (2009) assevera que o Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) é o que mais possui histórico de conflitos internos. Desde a sua criação tem sido recorrente as tensões políticas a nível da sua estrutura. O PAIGC é a organização partidária que mais ganhou as eleições, isto é, num universo de sete eleições, ganhou seis, porém nenhum do seu governo conseguiu fechar os seus quatro anos de mandatos. Isso, deve-se muitas vezes, às disputas internas que acabam perpassando a questão intrapartidária e interferem nas instituições do Estado ou nos órgãos de soberania: Presidência da República, Governo, Assembleia/Legislativo e Supremo Tribunal de Justiça.

A título de exemplo, em 2005, as disputas internas no partido fizeram com que o então Presidente da República, Nino Vieira, destituísse o governo liderado por Carlos Gomes Júnior e Martinho Ndafo Kabi e mergulhou o país numa situação de instabilidade política e institucional (Kosta, 2016).

Em 2015, o problema de um partido político afetou o funcionamento das instituições do país. Esse fenômeno tem sido recorrente também nas outras organizações partidárias. No momento existem partidos com duas direções. De salientar que, apesar de existirem alguns estudos sobre partidos e sistema partidário guineense, pouco tem se dedicado para compreender como as disputas no seio dos partidos impactam negativamente a estabilidade governamental do país, fatos que justificam a relevância deste estudo, tanto para o campo da Ciência Política, quanto para a Sociologia Política, pois nos deu a possibilidade de compreender como as disputas intrapartidárias na estrutura de poder afetam instituições do Estado. Ademais, nos permitiu avaliar o comportamento dos atores políticos e a forma como funciona a democracia interna nos partidos políticos.

Trata-se, portanto, de uma análise descritiva dos eventos políticos que marcaram esse período, assim como a revisão bibliográfica da literatura nacional, comentada e discutida com respaldo da teoria internacional dos partidos políticos para compreender as disputas intrapartidária, acentuadas nas relações antagônicas dentro da estrutura de poder. A pesquisa foi feita através de consulta de artigos, livros, monografias nos bancos de dados de google

acadêmico, Scielo, repositório da Unilab, e também no site oficial do PAIGC. Também, foram feitas coletas de informações nos jornais nacionais e internacionais, nomeadamente: Jornal o Democrata da Guiné-Bissau e Agência Lusa –DW.

Identificamos vários trabalhos nos bancos de dados consultados e usamos como critério de seleção os trabalhos que se adequam ao nosso objeto de estudo ou que apresentam debate conceitual que, de certa forma, nos ajuda a responder o problema dessa investigação. Assim, após o processo de triagem, selecionamos algumas literaturas nacionais e internacionais. Ademais, analisamos os seguintes documentos: Constituição de República, Estatuto do PAIGC e Regimento da Assembleia Nacional Popular (ANP).

O trabalho está estruturado em quatro tópicos, além da introdução e considerações finais: Num primeiro momento, versamos sobre a história política do PAIGC, desde a sua fundação até a perda do seu estatuto como Partido-Estado. Na segunda parte, discorreremos sobre o VIIIº Congresso do partido que também foi antecipado pelas conferências de bases. Num terceiro momento, destacamos a participação do partido nas eleições gerais que marcaram a IXª legislatura. Por fim, versamos sobre a clivagem no PAIGC e a crise da IXª legislatura.

2 BREVE HISTÓRIA POLÍTICA DO PAIGC: DE FUNDAÇÃO A DEMOCRATIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

O século XX foi marcado pelos eventos que mudaram a configuração geopolítica do mundo. Os acontecimentos como as duas grandes guerras mundiais, a guerra fria, a queda do muro de Berlim, assim como a emergência dos movimentos sociais, o pan-africanismo⁵ e os demais movimentos que de certa forma, influenciaram a formação do nacionalismo⁶ africano.

Naquele período, muitos países africanos estavam sob domínio colonial. Todavia, a conjuntura internacional influenciou o início do processo de mobilização, a partir dos nacionalistas, mormente, os da colônia portuguesa, que, na altura, estavam estudando em Portugal, entre os quais: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Alda do Espírito Santo (Semedo, 2009, Candé Monteiro, 2013).

⁵ O pan-africanismo é uma ideologia política criada fora do continente africano pelos grandes pensadores da diáspora, entre os quais William Du Bois, Marcus Garvey, Aimé Césaire, Frantz Fanon, e precisava que a diáspora e a África tinham destino comum, que é a emancipação dos afro americanos, que não podia ser desvinculada dos povos do continente ancestral, vice-versa (Moore apud Candé Monteiro, 2013, p. 19).

⁶ Do ponto de vista sócio-histórico, concretamente na primeira metade do século XX, a abordagem do nacionalismo estava atrelada a uma comunhão de destino, a um território e cultura comum, a uma unidade com forte ênfase nos conceitos de liberdade, integridade, cidadania (Candé Monteiro, 2013, p. 29).

O PAIGC surgiu nesse contexto, criado na Guiné-Bissau pelo Amílcar Cabral e mais alguns camaradas, quando foi delegado pela autoridade portuguesa enquanto engenheiro agrônomo para efetuar mapeamento agrícola no país. Durante a sua estadia na Guiné-Bissau, Cabral aproveitou o momento, conforme observa Coutinho (2017), para manter contatos com as massas populares em todo território nacional, criando assim, as estruturas, através das associações esportivas e traçou os planos estratégicos para enfrentar os colonizadores.

Influenciado pela ideologia pan-africanista, que se lançou na altura como um projeto de libertação e da integração do continente africano, Cabral defendia a ideia de confederação entre Guiné e Cabo-Verde, algo necessário do ponto de vista estratégico de luta armada, devido à situação geográfica das ilhas cabo-verdianas, tidas como base armada portuguesa. Contudo, era inviável, considerando a peculiaridade sociocultural dos dois países. Ou seja, era notório que a união dos dois países daria problema depois, como se pôde observar no decorrer desse texto.

O primeiro aspecto dessa inviabilidade, deve-se à heterogeneidade da sociedade guineense, um país caracterizado pela diversidade étnica e cultural, o que já era um enorme desafio uni-los para a luta de libertação. Aliás, a acomodação dessa diversidade binacional foi apontada como uma das possíveis causas da morte de Amílcar Cabral, como pode ser observado no trecho que se segue:

o facto de o grupo de homens armados envolvidos no atentado serem todos bissau-guineenses fazia supor que o assassinato de Cabral poderia estar ligado às tensões entre cabo-verdianos e bissau-guineenses no seio do partido. Os autores materiais do crime, todos do PAIGC, foram logo detidos, julgados e fuzilados (Lopes, 2013 *apud* Barros e Lima, 2018, p. 241).

Importa frisar que a real causa e os autores da morte de Cabral continuam ainda irreveláveis, todavia as tensões étnicas e binacional eram descartáveis, visto que, na altura, as clivagens étnicas, conforme assevera Anós Té e Candé Monteiro (2023), eram explícitas, contudo, tratadas de uma forma disfarçadas, fazendo parecer que o projeto da unidade binacional estava correndo conforme planejado.

Por outro lado, é de salientar que Portugal tratou de forma desigual as suas colónias. Cabo-Verde era privilegiada em detrimento da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, consideradas como “não assimiladas” conforme aponta Cabral (Cabral *apud* Tavares, 2009), através do estatuto de indigenato – uma legislação que ponha em causa a liberdade desse povo, inclusive, o direito à escola. Isso, de certa forma, impactou de uma forma negativa o processo de construção do Estado da Guiné-Bissau.

Assim, após menos de onze anos de uma luta armada iniciada no dia 23 de janeiro de 1963, em resposta aos *modus operandi* da colonização portuguesa, mormente, o assassinato de centenas de estivadores no porto de Pindjiguiti, no dia 3 de agosto, foi conquistada a independência de Guiné-Bissau e consequentemente, proclamada a primeira Assembleia Nacional Popular no dia 24 de setembro 1973 (Semedo, 2009; Carvalho, 2014).

Em seguida, Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) assumiu a presidência da República. Importa frisar que nesse período, os Estados eram personalistas e os partidos que protagonizaram as independências africanas beneficiaram dos estatutos do “Partido-Estado” (Bijagós, 2017, p.219). A adoção do regime unipartidário deve-se ao fato dos líderes africanos pensarem que isso possibilitaria a “construção e fortalecimento da identidade nacional a partir da união das diversidades” (Ki-zerbo *apud* Suma, 2023, p. 26-27).

No caso particular da Guiné-Bissau, Jaura (2005) argumenta que havia um consenso dentro da elite intrapartidária que a instauração do partido único poderia garantir a unidade nacional. A adoção do unipartidarismo “tem a ver com a preocupação de manter a unidade nacional, temendo os riscos de que o multipartidarismo estimule o tribalismo num contexto sociocultural muito heterogêneo” (Nóbrega *apud* Suma, 2023, p. 27).

Esse argumento deve ser considerado até certo ponto, conforme observam Candé Monteiro e Anós Té (2023), pensando o contexto sócio-político pós-independência e os desafios de construção do Estado, mas não foi suficiente para assegurar a estabilidade política governamental e arquitetar a unidade nacional. Ou seja, a institucionalização do regime unipartidário não foi capaz de dar resposta a todos os problemas do país.

O PAIGC, enquanto partido-estado, assumiu a gestão do país durante duas décadas (1974-1994) e no decurso desse período, foram instaladas disputas no quadro de estrutura do poder entre elites luso-africanas e etno-rurais. Os luso-africanos ou crioulos é um grupo concebido por

indivíduos originários das famílias miscigenadas e urbanizados, fruto, por conseguinte, de cinco séculos do colonialismo. Esse grupo compõe 5% da população total do país, utiliza a língua crioulo como materna e portuguesa na sua comunicação; apesar de minoritário percentualmente, é o grupo que detém de fato o poder político, econômico e social do país (Jaura, 2005, p. 122).

Diante disso, percebe-se que esse grupo formava aquilo que o cientista político italiano, Angelo Panebianco (2005) considera como uma “coalizão dominante”, quer isto dizer, um grupo ínfimo, isto é, os 5% detém o poder de controle sobre os 95% etno rurais.

Os luso africanos eram compostos por um número significativo de cabo-verdianos que, devido a escolarização, conseguiam aproveitar da falta de conhecimento “técnica, legislativa e jurídica da maioria para assumir efetivamente a responsabilidade de elaborar todas as leis, todo o ordenamento jurídico do país, as diretrizes orçamentárias e estratégia de desenvolvimento” do país (Jaura, 2005, p. 124).

Durante a governação de Luís Cabral, os cabo-verdianos ocupavam altos cargos administrativos e um deles nomeado embaixador, isso gerou revolta por parte da ala guineense, que exigiam um nacionalismo estreito, isto é, “Guiné para o guineenses e Cabo-Verde para os cabo-verdianos” (Anós Té; Candé Monteiro, 2023).

Diante disso, percebe-se que o *modus operandi* daquele governo não agradava a ala guineense do partido, que se queixava tanto da desigualdade social, ou seja, da forma como eram tratados em detrimento dos cabo-verdianos. Além disso, Jaura (2005) afirma que o bloco guineense ficou incomodado com a nova reforma constitucional – uma constituição única feita para os dois países, mas que apresentava algumas diferenças políticas suscetíveis. Os elementos da discórdia foram seguintes:

primeiro, a constituição cabo-verdiana especificava que o presidente devia ser cabo-verdiano, enquanto a constituição guineense não especificava nacionalidade, e, segundo, a constituição cabo-verdiana abolia a pena de morte, enquanto a guineense conservava a pena. Essas diferenças levantaram suspeitas dos guineenses sobre a intenção de Luís Cabral de institucionalizar o domínio de Cabo-Verde sobre a Guiné-Bissau e de usar medidas repressivas para mantê-lo (Jaura, 2005, p. 128).

Essas e mais outras razões subjacentes justificaram a destituição de Luís Cabral no dia 14 de novembro de 1980 por um grupo que se autointitulava de “movimento reajustador”, liderado pelo comandante João Bernardo Vieira, que, na altura, desempenhava a função de comissariado, um cargo político equivalente ao de primeiro-ministro atualmente.

O referido golpe de Estado eliminou o projeto binacional, pois os cabo-verdianos abandonaram o PAIGC e criaram o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo-Verde). Era evidente a inviabilidade da confederação, diante das peculiaridades e sensibilidades políticas dos dois países.

Com a destituição de Luís Cabral, João Bernardo Vieira (Nino) assumiu a liderança tanto do partido como do país. Ora, será que o movimento reajustador que se engendra pela mudança do status quo, conseguiu efetuar reformas necessárias para transformação social e econômica do país? Na verdade não conseguiu, pois “trata-se de mecanismo de justificar o

golpe, e não a mudança do *Status* das coisas, pois, na prática, nada mudou com a ascensão do novo regime liderado por Nino Vieira” (Anós Té; Cande Monteiro, 2023,p.10).

Posto isto, percebe-se que a intenção da cúpula guineense do PAIGC não era propor mudanças no que concerne a implementação das políticas públicas para transformação econômica e social do país, mas sim, assumir o controle absoluto do Estado, isso passaria necessariamente pela eliminação do projeto binacional.

João Bernardo Vieira (Nino) apesar do seu histórico como um dos carismáticos líderes da luta de libertação nacional, Jaura (2005) postula que ele não conseguiu estabelecer um clima agradável de governabilidade, pelo contrário, intensificou a instauração das clivagens no seio do partido. Outrossim, as diferenças étnica e tribal que haviam sido superadas em nome da unidade nacional, ressurgiram. A situação que vivia na altura pode ser compreendida em três dimensões: política, social e econômica.

No âmbito político, importa ressaltar que, em 1984 foi aprovada a nova Constituição da República e, conseqüentemente, formado um novo governo liderado por João Bernardo Vieira (Nino). Após a sua ascensão ao poder, Jaura (2005) afirma que Nino Vieira detinha todo poder de monopólio a nível do partido e do país. O *modus operandi* da sua gestão é caracterizado pela conspiração e perseguição aos adversários políticos e os dirigentes do partido que tiveram posicionamento antagônico. No mesmo ano, Vitor Saúde Maria, que até então desempenhava a função de Primeiro-ministro, foi demitido e preso por ter sido acusado da tentativa de golpe de Estado.

Além dele, foram acusados também o então Ministro da Justiça, Paulo Correia, o Procurador Geral da República, Viriato Pã, e mais outras 50 pessoas de tentativa de golpe de Estado e tribalismo. Tanto Paulo Correia quanto Viriato Pã e alguns prisioneiros foram condenados e executados no dia 16 de outubro de 1986, enquanto os outros foram submetidos a tortura (Jaura, 2005).

Na altura, foi instalado aquilo que Robert Michels (1982) classifica como a luta pelo poder. Nóbrega (2015) afirma que após a independência, a nova elite política assumiu a gestão do Estado e instaurou o sistema oligárquico, onde apenas um ínfimo grupo de pessoas controlavam o poder.

É preciso salientar que, por outro lado, a conjuntura política que se vivia na altura, transcendia o quesito da disputa na estrutura do poder intrapartidário e envolvia a questão étnica. Tanto que a maior parte das figuras políticas condenadas e executadas pertenciam ao grupo étnico balanta. Um grupo cuja presença é muito significativa na força armada. As

tendências étnicas e religiosas continuam explicitamente sendo um imbróglio para a governabilidade do país.

No que concerne a dimensão social, importa sublinhar que havia monitoramento policial em toda esfera da sociedade. Ou seja, o PAIGC enquanto partido-Estado sob comando do Presidente da República e ao mesmo tempo Primeiro-ministro, Nino Vieira vetou fluxos de

comunicação bidirecional ao instalar política de terror, censura, vigilância e autovigilância na sociedade. Quando o assunto se tratava de matéria política, esse fluxo de comunicação bidirecional tomava uma direção oposta- ele passava a ser feito pelos dirigentes do partido-Estado, explicado e elogiado aos que estavam nas reuniões do partido de base que acabavam consciente ou inconscientemente por adotar a política de *tudo está bem*. (Anós Té; Candé Monteiro, 2023, p. 11, grifo do autor).

A sociedade estava perante um regime autoritário, as forças armadas que se diziam revolucionárias do povo foram instrumentalizadas a serviço do partido, havia censura nos dois órgãos públicos de comunicação social: a Rádio de Difusão Nacional (RDN) e a Televisão da Guiné-Bissau (TGB). Essa situação suscitou uma revolta social tanto no país quanto na diáspora, conforme assevera Bijagó (2017). Vale ressaltar de acordo com Anós Té e Candé Monteiro (2023), que havia, na cúpula no partido, os que não concordavam com o *modus operandi* daquele regime e se somaram à sociedade civil para exigir a mudança do status quo.

No que tange à dimensão econômica, Jaura (2005) afirma que o governo de Luís Cabral herdou a lógica do processo de desenvolvimento urbano-industrial como mecanismo para alcançar o socialismo econômico e viu isso ser totalmente comprometido pelo o que autor classifica de “Bissau lobby”, isto é, um grupo comandado pela pequena burguesia comercial associada à burocracia e afastou o projeto natural de Amílcar Cabral que se fundamentava no desenvolvimento rural.

Esse viés de desenvolvimento foi alvo de muitas críticas do bloco guineense do PAIGC e foi alegado pelo *Movimento Reajustador* como um dos motivos do golpe de 1980. Nino Vieira, após a sua ascensão ao poder, prometeu desviar desse caminho e seguir o projeto original de Amílcar Cabral, tanto que defendeu o argumento econômico, conforme enfatizam Anós Té e Candé Monteiro (2023), como instrumento relevante para modernização e para o planejamento da prosperidade econômica.

Todavia, esse argumento foi uma falácia, ou seja, era meramente usado para sustentar a ideia de golpe e desviar atenção da população face a desgovernança. Visto que o governo de Nino Vieira, apesar de se agarrar à bandeira do socialismo e se aproximar mais do bloco Leste nos seus primeiros quatro anos, Jaura (2005) afirma que vai se afastando e deslocando

politicamente para o bloco ocidental, em busca de recursos, abandonando o sonho socialista e adotando assim medidas radicais de liberalização econômica e alinhou incondicionalmente aos novos riscos de “Bissau lobby”, viés por ele antes rejeitado.

Posto isto, percebe-se que o regime de Nino Vieira seguiu a lógica do governação de Luís Cabral, isto é, foi aplicada a política econômica liberal de desenvolvimento, só que, esse programa de desenvolvimento não deu certo, conforme observam Anós Té e Candé Monteiro (2023), visto que não conseguiu criar estabilidade socioeconômica do país, em contraste, abriu horizonte para diversos problemas socioeconômicos.

Por outro lado, importa sublinhar que, a escolha desse modelo de desenvolvimento deve-se a dois fatores apresentados pelo Cardoso (1995, p. 260):

a ajuda recebida dos países socialistas e particularmente da então União Socialista Soviética tinha que de ser de alguma forma reconhecida, ao mesmo tempo que se deviam criar as condições internas para que, através de um relacionamento econômico de “novo tipo”, se pudessem preservar os “aliados naturais”. Por outro lado, tinha se constatado que os países que tinham ensaiado um modelo de desenvolvimento de tipo liberal viram as suas estratégias fracassadas.

Diante disso, percebe-se que, com o colapso da antiga União Soviética, um parceiro direto da Guiné-Bissau, o governo tinha dificuldade de seguir com a agenda de desenvolvimento primordial que norteava a luta pela independência.

Outrossim, Cardoso (1995) afirma que o regime seguiu o viés de desenvolvimento modernista abandonando assim, as estruturas tradicionais de produção agrícola e artesanato. Todavia, a aplicação desta estratégia teve consequências negativas, nomeadamente: a redução gradativa de alimentos, êxodo rural, a subordinação externa descontrolada e a crise econômica.

De salientar que o modelo de partido único não deu certo em muitos países africanos. A Guiné-Bissau foi exemplo desse desastre. Um país que depois da independência viu a sua reserva econômica ser dilapidada, conforme postula Mendy (1996).

Mediante a crise econômica, o país se encontrou numa situação de falência tanto que endividou muito, assim sendo, Jaura (2005) ressalta que o governo não teve outra alternativa senão adotar a economia de mercado, através de Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma estratégia que foi aplaudida pelo bloco reformista ou liberais do partido, uma ala que se posicionava contra o *modus operandi* do regime de Nino Vieira.

Será que o governo não tinha outra saída diante daquela situação? Talvez a coisa certa a se fazer na altura fosse retomar o projeto original de desenvolvimento, isto é, o modelo de

desenvolvimento urbano-industrial. O fato é que o país teve dificuldade de restabelecer as indústrias no período pós-independência.

Cardoso (1995) assevera que, apesar de adoção do Plano de Desenvolvimento através de Programa de estabilização econômica em 1983, adicionado ao Programa de Ajustamento Estrutural em 1987 com intuito de criar condições sólidas face à situação econômica e financeira, assim como, liberalizar o comércio e também racionalizar o uso da ajuda externa e controlar a economia, nada surtiu efeito.

O partido estava cada vez mais fragmentado e o Nino Vieira, conforme afirma Jaura (2005), tinha o monopólio do poder. Um grupo dos antigos alunos “pilotos” ou *mínimos de luta*, iniciaram protesto interno e exigiram de uma forma intransigente os princípios de Cabral. Ademais, surgiu a “carta dos 121”, um documento assinado por 121 membros do partido em protesto, criando assim, cisão interna entre três grupos blocos: *conservadores*– que defendiam a manutenção do status quo, *reformistas* – composto na sua maioria pelos jovens que se alinhavam a favor da mudança *do regime* e *liberais*– que não obstante estarem

favoráveis à abertura política e ao pluralismo, preferiam a criação de tendências dentro do PAIGC, num sistema de partido único, mas com uma prática mais democrática, argumentando de que não existia uma oposição digna desse nome e que o ideal era melhorar o que existia, trocando as principais figuras do quadro político guineense e renovando as estruturas e métodos de funcionamento. O seu esquema previa que este tipo de democracia interna permitia ao país desenvolver-se, mantendo a estabilidade actual. (Cardoso, 1995, p. 269, grifo do autor).

Esse grupo, apesar de constatar que o argumento usado para instauração do regime unipartidário tinha falhado, insistia para que o partido não abrisse mão dos seus poderes para permitir liberdade política e social. Uma postura antagônica à perspectiva dos reformistas que se propunha a abertura para permitir competição com as outras organizações partidárias. As disputas internas se intensificaram e se somaram à pressão da sociedade social até 1991, período no qual, o partido decidiu conforme assevera Cardoso (1995) e Jaura (2005) convocar o seu IIº congresso extraordinário.

Um congresso emblemático, pois foi nesse evento que ficou registrado a ruptura do regime, isto é, marcou o fim do monopartidário e abriu horizonte para a implementação de multipartidarismo, através da reforma constitucional e conseqüentemente, a elaboração das inúmeras legislações, entre os quais: lei quadro dos partidos políticos, legislação eleitoral, a despartidarização das forças armadas e demais leis que enquadram no funcionamento dos princípios democráticos (Cardoso, 1995).

Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições gerais, onde Nino Vieira foi eleito presidente da República, enquanto o PAIGC obteve maioria absoluta das cadeiras parlamentares, isto é, num universo de 100 deputados/as, conseguiu eleger 64 parlamentares.

É importante ressaltar que algumas agremiações que participaram naquelas eleições, como foi o caso de FLING, surgiram antes da luta de libertação. A semelhança do PAIGC, eram considerados como movimentos emancipalistas até 1991, período em que foram oficializados através da legislação 2/91. Também, com a exceção de RGB/MB – fundado na diáspora em 1986, por um grupo de estudantes guineenses que se encontravam em Portugal, Mendy (1996) afirma que os outros partidos que participaram naquelas eleições, foram resultado das rachas dentro do PAIGC.

É de salientar que os partidos de oposição não foram capazes de conter a continuidade do PAIGC no poder, ou seja, em vez de mobilizarem em torno de uma frente única para acabar com a hegemonia do PAIGC, Cardoso (1995, p.274) afirma que a posição estava bastante fragmentada durante todo processo de transição. O autor observa ainda que, até nas vésperas das eleições, os doze partidos da oposição viam-se mais como rivais políticos do que organizações políticas cujo objetivo fundamental na altura era destronar o PAIGC e instaurar a democracia pluripartidária.

Isso, de certa forma, explica, de um lado o sucesso eleitoral do partido no poder, e por outro lado, pode ser observada a conjuntura política na qual decorreu aquele processo eleitoral. É importante lembrar que aquelas eleições foram realizadas devido às pressões exógenas dos parceiros internacionais e da sociedade civil contra o *modus operandi* daquele regime.

A renúncia do sistema unipartidário e a adoção da democracia liberal mediante condicionantes exógenos nos leva a questionar o seguinte: Será que a sociedade guineense estava preparada para conviver na base dos princípios democráticos? A intenção aqui não é questionar a (in)viabilidade da democracia, pois, apesar de não ser perfeita, continua sendo melhor que outros regimes autoritários, conforme postulam alguns clássicos de teoria política. Todavia, olhando para a realidade guineense, percebe-se que alguma coisa falhou.

Alguns estudiosos guineenses, nomeadamente: Cande Monteiro (2013), Bijagó (2017) Anós Té e Cande Monteiro (2021) afirmam que não houve debate interno para implementação da democracia no país. Posto isto, percebe-se que a democracia enquanto um regime foi instaurada no país sob pressão externa e interna. Diferentemente dos outros países, como Cabo-Verde, a democracia guineense ainda está no processo de consolidação.

Uma democracia consolidada é aquela, na qual, o “partido ou o grupo que assumiu o poder na eleição inicial, o período de transição {para democracia} perde a eleição seguinte e

passa o poder aos vencedores, se estes, por sua vez, passam o poder pacificamente aos vencedores de uma eleição posterior” (Huntington, 1994). Embora não seja a única característica de uma democracia eficiente, todavia a Guiné-Bissau não foi imune dessa perspectiva, pois após abertura política multipartidária, não houve transição do poder, ou seja, o partido no poder manteve-se.

Diante das constantes crises políticas e institucionais, percebe-se que a sociedade guineense têm dificuldades de se conviver na base dos princípios democráticos e os atores políticos carecem de cultura política. A própria sociedade tem uma percepção “minimalista” de democracia.

A pesquisa de opinião feita em 2018 pela ONG “Voz da Paz” revela isso. Foram aplicados questionários para 1.184 entrevistados, entre os quais 53% mulheres e 47% homens. Perguntadas sobre as suas percepções sobre o que é a democracia, 48% afirmaram que a democracia tem a ver com liberdade; 26% entendem como vontade popular; 6% dizem que é paz e apenas 5% afirmam que a democracia permite a escolha dos líderes, enquanto que 33% não têm ideia do que é a democracia.

Ainda, perguntados sobre a necessidade ou não de pluralidade de partidos políticos para uma democracia, 33% acham que os partidos políticos são desnecessários visto que criam divisão social. Enquanto que 61% aprovam a necessidade de criação dos partidos; 5% não sabem e não responderam enquanto que 2% são neutros. Esses dados demonstram o quanto existe um enorme desafio para a sociedade guineense compreender que a democracia enquanto um regime vai além da sua percepção.

3 BREVE APRESENTAÇÃO DO VIIIº CONGRESSO DO PAIGC

Nesta seção, procuramos fazer abordagem descritiva sobre o VIIIº congresso do partido, tendo como suporte teórico a obra do intelectual guineense, João Bernardo Vieira, intitulado “Memórias do VIIIº Congresso do PAIGC, Cacheu”, publicado em 2014. Assim, destacamos o desenrolar desse processo, que foi antecipado pelas conferências de base, buscando identificar a força de cada grupo/liderança, os critérios de seleção interna e o desdobramento desse processo.

O congresso partidário na Guiné-Bissau, conforme Vieira (2014), é um momento democrático, em que os partidos elegem os seus órgãos, organizam as suas estruturas, definem as suas agendas eleitorais e governamentais. Assim sendo, o PAIGC, após seu então presidente,

Carlos Gomes Júnior, também primeiro-ministro, ter passado dois anos de exílio em Portugal (por ter sido destituído pelos militares no dia 12 de abril 2012), reuniu entre os dias 30 de janeiro a 3 de fevereiro, 1.200 delegados na cidade de Cacheu, norte de país, no seu VIIIº congresso para eleger a sua nova estrutura e debater as leis internas.

Esse congresso foi um dos momentos mais marcantes da história política do país. Não só pela história política do PAIGC, por ser um partido de massa, segundo a denominação de Duverger (1980), mas também, devido ao capital político dos atores que estiveram na corrida para a liderança do partido.

Estiveram na disputa as figuras políticas de renomes no país, que, na sua maioria, fazia parte do Comitê executivo do partido, dentre os quais, destacavam-se: **Carlos Correia**, antigo combatente, engenheiro de formação e a única pessoa até então a desempenhar quatro vezes a função de primeiro-ministro. **Cipriano Cassamá**- então membro do Comitê central do partido, engenheiro, já tinha sido ministro em várias ocasiões, participou pela segunda vez na corrida à liderança do partido. **Domingos Simões Pereira** - engenheiro, cientista político, então ministro das obras públicas, desempenhou a função de Secretário Geral da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Também, **Adja Sato Camara Pinto**, antiga combatente de luta de libertação, também fazia parte do comitê executivo do PAIGC, considerada como “Dama de ferro” devido a sua coragem e determinação, já assumiu inúmeros cargos públicos e administrativos do país. **José Mário Vaz (Jomav)**, economista, então presidente da Câmara Municipal do país, ministro das finanças. **Braima Camará**, empresário, membro do comitê central do partido, na altura, Presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Guiné-Bissau-CCIAS (Vieira, 2014).

Apesar disso, a atenção era voltada a dois candidatos: Domingos Simões Pereira e Braima Camará que, em termos de projeção, eram tidos como favoritos à liderança do partido. Domingos Pereira apresentou o projeto “Maior Coesão do partido um futuro melhor para a Guiné-Bissau” e Braima Camará apresentou o projeto “Liderança Democrática e Inclusiva” e fizeram com que a corrida eleitoral se transformasse em dois pólos.

É importante destacar, conforme observa Vieira (ibidem), que a dimensão do PAIGC e dos candidatos a sua liderança, mormente, as duas figuras destacadas anteriormente, em detrimento dos demais candidatos, fizeram com que a campanha eleitoral transformasse o país numa atmosfera, isto é, a função pública estava funcionando a meio gás, visto que a atenção dos guineenses estava virada para Cacheu e número significativo dos funcionários público das principais instituições do país integravam as listas dos delegados para o congresso.

A disputa pela liderança do partido começou nas conferências de base, que é um processo em que são escolhidos os delegados para participarem no congresso. Assim, os militantes que queiram participar como delegados no congresso para eleger o presidente do partido

devem-se apresentar nessas conferências submetendo-se à escolha dos militantes do partido. Isto implica que o militante que se apresenta deve ser um indivíduo influente na sua *tabanca* ou área de residência para ser escolhido. Quem for escolhido passa automaticamente conferência de seção, depois de sector e por fim de região (Vieira, 2014, p. 18).

A probabilidade de um candidato ser eleito presidente do partido é verificada a partir dos números de delegados conseguidos nas assembleias de base. Por isso, essas conferências foram marcadas pelas disputas internas, pois estava em jogo não apenas a escolha dos delegados, mas, também, do presidente da comissão política regional – uma figura muito importante, pois é quem coordena todas atividades do partido na região, ou seja,

é o representante máximo do partido na Região, que coordena e assegura a orientação permanente das estruturas do PAIGC na Região. Velando pelo seu funcionamento harmonioso e pela aplicação das deliberações dos órgãos nacionais e regionais do Partido (Artigo 74, inciso I, 2018).

Sendo assim, Vieira (2014) afirma que cada candidato à liderança do partido queria eleger pessoa de confiança para ocupar esse cargo, sendo que este poderia usar a sua influência para eleger número significativo de delegados para o congresso e lhe daria mais chance de ser eleito.

Os problemas nas assembleias de base, principalmente na região de Biombo e Bafatá se acentuavam, conforme observa Vieira (2014) no critério de votação. É importante ressaltar que o artigo 5 *inciso g)* de estatuto do partido orienta o seguinte “eleições dos restantes órgãos colegiais de Região, Setor, Secção e de Base em listas nominais solidárias, mediante votação pública, nas perspectivas Conferências Regionais, Sectoriais, de Secção e de Assembleias de Base”.

Essa modalidade de votação, conforme observa Vieira (*ibidem*), foi alvo de muitas críticas, por ser considerado algo ultrapassado e inadequado para as organizações, como partidos políticos, pois dá margem à subordinação dos votantes. Só que, nesse caso, o artigo 5 *alínea g)* foi interpretado de forma equivocada, pois a votação de mão levantada só poderia acontecer, conforme aduz Vieira (*ibidem*), mediante a inexistência de listas dos concorrentes, o que não foi o caso desse processo eleitoral.

Diante disso, Vieira (*ibidem*) afirma que a Comissão Preparatória apresentou e aprovou novo regulamento de votação que descartou a possibilidade de votação da mão levantada, algo que gerou inconformismo de alguns candidatos.

A conferência de região de Biombo, que deveria acontecer na própria sede regional, foi transferida para o diretório central do partido. Houve confrontos entre os participantes de diferentes frentes políticas. Houve acusações de indícios de sabotagens, clientelismo e compra de votos durante o processo. Não só, mas também havia infiltração, conforme aponta Vieira (*ibidem*) das pessoas que nem eram militantes e nem tinham direitos de participar no processo.

Ademais, Vieira (*ibidem*) afirma que a referida conferência foi realizada cinco vezes, mas foi considerada inválida pela Comissão Nacional Preparatória, uma decisão considerada pelo autor como tendenciosa. A última vez que foi realizada, o candidato a presidente da comissão política que havia sido vencedor por cinco vezes, perdeu.

Importa frisar que o partido estava sendo liderado interinamente pelo Comandante Manuel Saturnino da Costa, que também se concorria a liderança do partido e liderava a plataforma “Aliança” – um fórum que reunia os demais candidatos que não se alinhavam tanto ao bloco de Domingos Simões Pereira quanto ao de Braima Camará.

À semelhança de Biombo, as tensões políticas ganharam outras dimensões na conferência regional de Bafatá. As disputas transcenderam a questão política-ideológica e envolveram as agressões físicas tanto dos conferencistas quanto das pessoas alheias ao processo. Vieira (2014) afirma que, não obstante a presença de força de segurança na sede do partido em Bafatá

centenas de arruaceiros aproximaram-se do recinto, muitos escondendo garrafas, paus e materiais contundentes. Estávamos quase em estado de sítio. Vieram propositadamente de Bissau e Gabu para se juntar aos Bafatá, preparados para a confusão e a desordem. Se é verdade que pela primeira vez os jovens que nunca tinham participado num processo político, estavam agora a fazê-lo, não é menos verdade que a forma como estavam a manifestar o seu apoio a um ou outro candidato à presidente de comissão política regional violava todas as regras do processo democrático (Vieira, 2014, p. 25).

Esse trecho nos permite formalizar dois argumentos de análise: o primeiro aspecto tem a ver com a forma como esses atores políticos estavam dispostos a ganhar a eleição sem importar com “as regras do jogo”. Por outro lado, o envolvimento das pessoas alheias ao processo demonstra o quanto o PAIGC possui influência na sociedade guineense e quanto esse congresso teve impacto social.

Realmente foi um dos congressos mais disputados na história do partido, lembro que, nesse período, ainda estava no meu último ano do ensino médio. Esse evento era um dos assuntos mais comentados na escola, mesmo para aqueles indivíduos que se abstenham do debate político. As informações ecoavam nos meios de comunicação social, nas rádios, televisões, nos jornais nacionais e internacionais.

Com o fim das conferências de base, as alianças foram estabelecidas. A “Plataforma Aliança” e o coletivo de apoio a candidatura de Adja Sato Camará se juntaram a candidatura de Domingos Simões Pereira, líder do projeto político “Maior Coesão do partido, Futuro melhor para a Guiné-Bissau” e formaram um fórum denominado “Aliança para a Unidade e Coesão”.

Assim, após três dias de atraso, o VIIIº congresso começou com as divergências a volta da revisão do estatuto. Importa frisar que o estatuto vigente na altura, conforme afirmam Vieira (2014), defendia a existência de um secretário nacional com funções administrativas e o presidente passaria apenas a dirigir o partido e a encabeçar a lista do partido às eleições legislativas, situação na qual, a ala de Braima Camará queria que mantivesse. Em contrapartida, o bloco de DPS defendia que o partido passasse a ter um secretário geral e que este passasse a ser cabeça de lista nas eleições, enquanto o presidente passaria a ocupar apenas a função de presidir o partido.

Com a assinatura dessa aliança e considerando a dimensão e o capital político dos seus aliados, falava-se tanto da probabilidade de DSP sair como vencedor. Contudo, o cenário era outro, ou seja, a disputa eleitoral foi implacável, tanto que esse congresso foi considerado como o mais disputado da história do partido.

Realmente os dois candidatos eram equilibrados, duas figuras políticas que fizeram todas as suas carreiras no PAIGC. Por um lado, Domingos Simões Pereira, ex-secretário geral da CPLP e ministro de obras públicas, e por outro lado, Braima Camará, empresário de renome no país e presidente da Câmara de Comércio, Indústrias e Artesanatos. Os dois possuíam aspirações de liderar o partido e propor mudanças. Entende-se isso, em um dos discursos de Domingos Simões Pereira após assinatura de aliança, onde disse o seguinte:

estamos num momento crucial, senão determinante para a vida do partido. Estamos às vésperas do nosso VIIIº congresso, marcado para a cidade centenária de Cacheu. Os militantes do PAIGC, todos os atores políticos nacionais, a sociedade em geral e a Comunidade Internacional aguardam com expectativa que essa reunião magna do partido produza a coesão necessária por forma a proporcionar aos guineenses uma alternativa de governação, que seja credível e viável, capaz de apaziguar a sociedade, reconciliar os atores desavindos, pacificar o país e promover o desenvolvimento (Vieira, 2014, p. 29-30).

Esse discurso revela não apenas a aspiração de um candidato que queira assumir a liderança da maior organização partidária do país, mas também, transmite a ideia de que o partido precisava sair fortalecido internamente para garantir estabilidade e governabilidade do país, pois as evidências apontavam para uma vitória do partido tanto nas eleições legislativas quanto presidencial.

Apesar das tensões políticas que marcaram todo esse processo, Domingos Simões Pereira foi eleito presidente do PAIGC, deixando para trás os seus oponentes, Braima Camará e Aristides Ocante da Silva como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 3 - Distribuição de votos dos três primeiros candidatos à presidência do partido

Número total dos congressistas votantes -1167			
Nº	Candidatos	Número de votos	%
1º	Domingos Simões Pereira	707	60,58%
2º	Braima Camará	436	37,36%
3º	Aristides Ocante Da Silva	15	1,29%

Fonte: adaptado de Vieira (2014).

Além disso, foram eleitos também outras figuras para compor a direção superior do partido, nomeadamente: Carlos Correia – 1º vice-presidente do partido, Adja Sato Camará Pinto – 2º vice-presidente e Baciro Djá – 3º vice-presidente. Todos foram aliados de Domingos Simões Pereira no congresso.

Apesar dos candidatos derrotados terem aceitado publicamente os resultados, Luizinho Cá (2023) afirma que o partido saiu do congresso fragmentado, tanto que não houve a inclusão do bloco derrotado nos órgãos deliberativos do partido.

Por outro lado, é necessário levar em conta o argumento da confiança política, que é um instrumento fundamental para uma governabilidade sólida. Todavia, considerando aquela conjuntura política, a inclusão dos oponentes na gestão, poderia ser viável para suprimir tensão no seio do partido, embora, não necessariamente.

Importante salientar que as disputas para a liderança do partido já chamavam atenção de alguns guineenses atentos a aquela conjuntura, tanto que alguns já previam que o partido

sairia dividido. Numa declaração feita à Agência Lusa de Notícias DW (2014) João de Barros já havia alertado que “se Braima Camará ganhar haverá ruptura, se Simões Pereira ganhar também haverá ruptura”. Dito e feito, visto que os problemas pendentes do congresso, conforme sublinha Luizinho Cá (2023), dividiram o partido em dois polos: de um lado, Domingos Simões Pereira e do outro lado, Braima Camará.

4 PARTICIPAÇÃO DO PAIGC NAS ELEIÇÕES DA IXª LEGISLATURA

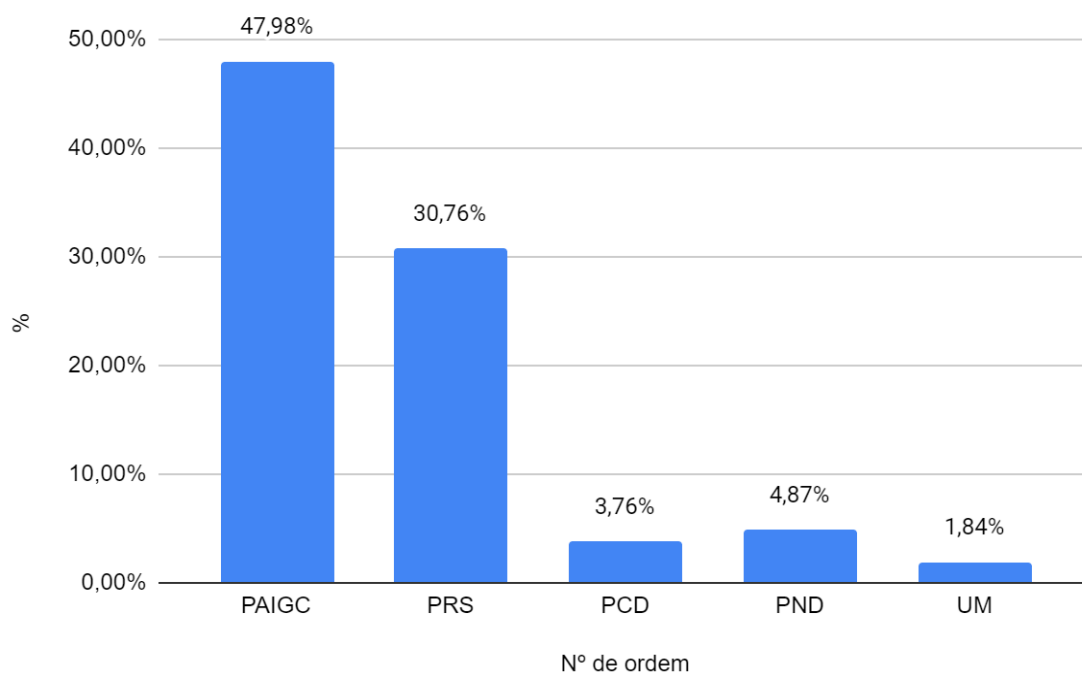
Após o congresso, no qual Domingos Simões Pereira foi eleito o novo presidente do Partido, o partido deixou a cidade de Cacheu e se preparou para participar nas eleições legislativas e presidenciais que marcam o início de uma nova legislatura⁷. Diante disso, foi realizada primária para composição da lista fechada dos candidatos aos cargos de deputado e escolher o candidato à presidência da República.

Foram submetidos às primárias duas figuras do partido. De um lado, Mário Lopes da Rosa que já havia sido candidato à presidência da República nas eleições de 2005, e por outro lado, José Mário Vaz (Jomav), ex-ministro das finanças e presidente da Câmara Municipal de Bissau, foi aliado de Braima Camará no congresso. Este último, apesar de não ter sido o preferido de líder do partido, venceu a primária como candidato do Partido às eleições presidenciais.

Percebe-se que, as disputas internas do congresso entre os dois blocos prevaleciam, pese embora, o partido mobilizou a sua estrutura e saiu como vencedor das eleições legislativas com 57 parlamentares num universo de 102 deputados para Assembleia Nacional Popular (ANP) como pode observar no gráfico 1. O partido conseguiu também eleger, no segundo turno, o Presidente da República, José Mário Vaz com 61,9% de votos contra 38,1% de Nuno Gomes Na Biam (União Europeia, 2014).

⁷ O termo legislatura é empregado na Guiné-Bissau para referir um período determinado pela lei para o exercício do poder político por um grupo político dirigente (Cá, 2023).

Gráfico 1 - Distribuição das cadeiras parlamentares por partido na Assembleia Nacional Popular (ANP) nas eleições que marcam a IXª legislatura



Fonte: adaptado de Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Os dados demonstram que o Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) venceu com uma maioria absoluta, o que lhe daria possibilidade, conforme observa Luizinho Cá (2023), de aprovar os seus instrumentos de governação, assim como, qualquer projeto de lei sem precisar de outros aliados políticos. Pese embora tivesse que assegurar a oposição, principalmente, a segunda força política - o Partido de Renovação Social (PRS) que obtinha 41 parlamentares.

Após empossamento do novo Presidente da República pela Assembleia Nacional Popular, este por sua vez, convidou o PAIGC enquanto partido com maior número dos parlamentares para indicar o novo primeiro-ministro, conforme orienta a Constituição de República no seu artigo 68º inciso *g*).

O partido, por sua vez, indicou Domingos Simões Pereira ao cargo de Primeiro-ministro conforme orienta o artigo 42º inciso *1*) do estatuto. Em seguida, o novo primeiro-ministro formou um governo de inclusão com a integração de todos os partidos com assentos parlamentares. A composição de um governo inclusivo, conforme disse o primeiro-ministro, foi no sentido de criar “um diálogo interpartidário ou um diálogo inclusivo a fim de se aproximar não só aos outros partidos, mas também da sociedade guineense” (União Europeia, 2014,p.13).

O argumento usado para formar o governo de coalizão é considerável, dado o contexto, pois aquelas eleições eram cruciais “para o regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional e para plenamente reintegrar-se na comunidade internacional”(União Europeia, 2014,p.11). Posto isto, qualquer aliança poderia ser justificada para garantir a estabilidade governamental.

Todavia, a criação de aliança governamental incomodou algumas pessoas no partido. Ou seja, muitos se sentiram traídos por não integrarem o governo ou não serem nomeados nos cargos preferidos. Esse descontentamento pode ser percebida quando João Bernardo Vieira afirma o seguinte:

[...] ao longo destes dez anos, vimos uma liderança mais preocupada em se vangloriar com as vitórias eleitorais, deixando de lado o poder que advém dessas eleições. A gestão do poder oriundo de um processo eleitoral requer a adoção de estratégias sólidas que passam necessariamente pelo primar do interesse do partido e dos seus órgãos internos. Em 2014 após um congresso fracturante, o partido precisava de uma liderança reconciliadora que pudesse trabalhar no sentido aglutinar as diferentes sensibilidades em torno dos interesses do partido. Infelizmente e à semelhança do que acontece agora, o atual líder resolveu enveredar-se pela estratégia inversa de procurar alianças fora do partido com o único propósito de liquidar opositores internos (Jornal o Democrata, 2024).

Realmente, essa observação é muito contundente, visto que, o PAIGC, enquanto maior força política do país, não conseguiu assegurar o poder atribuído nas urnas pelo povo guineense. Isso mostra, de certo modo, a incapacidade da liderança desse partido de criar coesão interna e de estabelecer relação parlamentar para garantir a sua governabilidade.

Todavia, é importante lembrar que João Bernardo Vieira é parte integrante dessa liderança, inclusive foi um dos membros do governo. Sendo assim, a sua crítica parece estar imbuída de tendência, a partir do momento em que, ele vem criticando a gestão na qual faz parte e se lançando como candidato à liderança do partido.

É importante sublinhar que a composição de um governo vai além da questão de confiança política e envolve os acordos políticos que, às vezes, passam necessariamente pela indicação das figuras internas ou externas do partido ao cargo público. Assim, o caminho proferido pela liderança de partido em estabelecer as alianças com outras formações políticas como forma de garantir a governabilidade não deu certo, como será ilustrado no decorrer desse texto.

Percebe-se que a liderança do partido não observou aquilo que o cientista político italiano, Angelo Panebianco considera como “sistema de incentivo” ou “distribuição de incentivos organizados”. Quer isto dizer que, em qualquer organização, é importante dar

atenção aos militantes que defendem a causa do partido para incentivá-los. Esse incentivo pode ocorrer através da promoção do status do próprio militante. Uma vez que, a sobrevivência de uma organização depende da distribuição dos incentivos seletivos para “alguns de seus membros (cargos de prestígios, possibilidades de carreiras internas” (Panebianco, 2005,p.101).

Essa perspectiva deve ser observada com certa nuance, considerando o contexto e observando a questão da democracia intrapartidária. Lembrando também que, a atribuição de certos privilégios a um grupo de pessoas não garante necessariamente estabilidade interna do partido.

Contudo, percebe-se que, a não integração de certas figuras do partido naquele governo, reforçou ainda, conforme aduz Luizinho Cá (2023), a polarização interna, pois o Braima Camará, apesar de ter perdido todas as disputas internas (derrotado no VIIIº congresso assim como na disputa a presidência de ANP), conseguiu agregar uma grande parcela dos militantes e dirigentes que se sentiram traídos pela direção superior, inclusive, pessoas que apoiaram a candidatura de DSP para liderança do partido.

Assim, é importante enfatizar que o PAIGC, enquanto vencedor das eleições presidenciais e legislativas, tinha tudo para garantir um clima profícuo de governabilidade, conforme sublinha Luizinho Cá (ibidem) e Kosta (2016) considerando que o Primeiro-ministro, Presidente de República e Presidente de ANP eram da mesma família partidária. Todavia, tudo desmoronou, a partir do momento em que o chefe de Estado (aliado direto do bloco derrotado no congresso), dissolveu a ANP e conseqüentemente o governo do seu próprio partido. Após esse ocorrido, o país entrou numa crise política e institucional que interrompeu completamente aquela legislatura. O assunto a ser abordado na seção subsequente.

5 CLIVAGEM INTERNA NO PAIGC E A CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL DA IXª LEGISLATURA GUINEENSE

Sangreman et al (2019) e Luizinho Cá (2023) afirmam que os desdobramentos das disputas intrapartidária que vinham decorrendo desde o VIIIº congresso, transcenderam os fóruns do partido e afetaram as instituições do país e a sociedade guineense em geral, a partir do momento em que o Presidente da República, José Mário (aliado direto de Braima Camará), demitiu no dia 15 de agosto de 2015 através do decreto presidencial nº5/2015 o governo liderado pelo Engenheiro Domingos Simões Pereira.

Não obstante o governo ter aprovado no parlamento os seus dois instrumentos de governação: Programa de governo e o Orçamento Geral de Estado (OGE), o Presidente de República derrubou o governo e fundamentou sua decisão, na base dos artigos 69, *inciso a)* conjugado com o artigo 104, *inciso 2)* da Constituição de República, como se pode observar no trecho seguinte:

compete ao Presidente da República: dissolver a Assembleia Nacional Popular, e em caso de grave crise política, ouvidos o Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição”; O Presidente de República pode demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular (CRGB, 1996,p.30 e 45).

Todavia, será que o país estava perante uma grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições do país antes mesmo da destituição daquele governo? Com certeza, inúmeros guineenses fizeram a mesma pergunta na altura. O que se verificava era disputa interna dentro da estrutura de um partido.

Assim, é de salientar que o argumento da “grave crise política”, foi usado pelo Presidente da República como pretexto para destituir um governo liderado por Domingos Simões Pereira, assim como, já foi usado inúmeras vezes pelos outros presidentes para derrubar os governos eleitos democraticamente. Isso nos leva a pensar sobre a necessidade de efetuar uma reforma constitucional, pois a Guiné-Bissau, tem um sistema semi-presidencialista, mas com pendor presidencialista, pois a constituição vigente outorga muitos poderes ao Presidente da República, que de certa forma, são usados pelos presidentes, conforme observa Kosta (2016) para tirar proveitos políticos criando situações de instabilidade política e institucional, como foi o caso da IX^a legislatura.

Momentos antes da queda daquele governo, Luizinho Cá (2023) afirma que havia rumores sobre a falta de confiança, assim como, a existência de clima hostil entre Presidente da República e o Primeiro-ministro, tanto que, o chefe de governo, depois de uma reunião com corpos diplomáticos credenciados no país, declarou o seguinte “há uma intenção deliberada de provocar uma crise para justificar a decisão de destituição do governo [...] Todos os mecanismos e dispositivos legais e democráticos serão mobilizados para preservar a ordem e evitar a interrupção desta caminhada do país rumo à paz e ao desenvolvimento” (DW *apud* Cá, 2023, p. 12).

O pronunciamento do chefe do governo veio à tona mediante conjunto de pressões que o governo sofria, ou seja, o chefe de Estado já havia ordenado a remodelação do elenco

governamental, alegando que havia pessoas no governo com pendências na justiça. Ademais, os dois não se comunicavam, mesmo quando se tratava dos assuntos institucionais. Outrossim, acusou o governo de ter cometido “corrupção, peculato, nepotismo e falta de transparência na adjudicação de contratos públicos” (Monteiro, 2015, p. 101; Cá, 2023). No entanto, não conseguiu apresentar provas das acusações proferidas ao governo.

É importante lembrar que tanto o programa de governo quanto o Orçamento Geral de Estado já haviam sido aprovados duas vezes pelos parlamentares, conforme orienta o Regimento de ANP, no seu artigo 141º, e o país estava, conforme postula Kosta (2016) em uma nova fase de encontrar o caminho viável para transformação social, mediante a implementação das políticas públicas. Considerando também que o governo havia acabado de apresentar em

duas mesas redondas de doadores em Bruxelas e em Acra em Março de 2015, respectivamente, um programa assente numa visão ambiciosa que tinha como inovação tornar a biodiversidade como o eixo central do desenvolvimento do país- Terra Ranca como simbolicamente foi denominado o Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 - e um Programa de governo- Sol na Iardi- para 2014-2018, com esses documentos, com a presença do Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira- e do Presidente- José Mário Vaz- em Bruxelas, o governo recolheu promessas e compromissos em valor muito elevado para o expectável. A Assembleia Nacional Popular aprovou por uma unanimidade em dois de abril de 2015, resolução nº 9/2015, louvando o governo pela “qualidade da organização e realização da mesa redonda”, ação em Bruxelas, e reafirmando a confiança política no Primeiro-ministro (Sangremah *et al.*, 2019, p. 13-14).

Diante disso, percebe-se que o argumento usado pelo Presidente da República para derrubar o governo não passava da sua má relação com o primeiro-ministro. A mesma dificuldade de relacionamento foi verificada também, conforme aponta Luizinho Cá entre a “aliança política interna do PAIGC que apoiava a liderança de DSP no PAIGC e no governo demitido e a aliança do PAIGC que apoiava JOMAV na Presidência da República” (Cá, 2023, p. 13).

Depois de derrubar o governo, o Presidente da República nomeou Baciro Dja (3º vice-presidente do partido e membro daquele governo, apesar de ter renunciado ao cargo momento antes). A decisão do Presidente conforme afirmam Kosta (2016), Sangreman et al (2019) foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) através de acórdão 1/2015, visto que a mesma descompriu o artigo 68 *inciso g)* da Constituição de República, no qual consta o seguinte “compete ao Presidente da República nomear e exonerar o Primeiro-ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular”

Quer isto dizer que, após destituir o governo, o chefe de Estado tinha que permitir o PAIGC, enquanto partido vencedor das eleições, indicar o novo Primeiro-ministro. Mediante a decisão do STJ, o PAIGC por sua vez, mandou de novo o nome de DSP, e pela segunda vez foi vetado pelo Presidente. A não aceitação de DSP pela segunda vez, demonstra o quanto a relação antagônica entre as duas figuras perpassou a questão política, embora, o Presidente nunca tentou atrelar isso aos problemas pessoais, conforme observa Luizinho Cá (ibidem). O que foi revelado no decreto é a questão de incompatibilidade, como pode ser observado no trecho subsequente

Estou ciente de que, apesar dos significativos esforços desenvolvidos, o Primeiro-Ministro e o Presidente da República não conseguirão ultrapassar as incompatibilidades das relações institucionais e que, ao não regular o funcionamento das instituições, causaram danos irreparáveis ou prejuízos difíceis de reparar às instituições do Estado, à consolidação da democracia constitucional e ao estabelecimento de um bloqueio exigirá uma conjugação de esforços para concretizar dois desígnios nacionais (Cá, 2023, p. 14).

Diante disso, o partido fez alguns arranjos e indicou o primeiro vice-presidente, Carlos Correia. Este por sua vez, formou o seu governo. Apesar da nomeação de novo Primeiro-ministro, o clima de antagonização prevalecia no seio do partido. Tanto que um grupo de 15 deputados⁸ liderado pelo Braima Camará se juntaram aos partidos de oposição e votaram contra o programa e Orçamento Geral de Estado do governo liderado por Carlos Correia.

Diante disso, o chefe de Estado usou as suas prerrogativas constitucionais e destituiu o governo na base do artigo 85º inciso 5), no qual consta o seguinte: “a não aprovação de uma moção de confiança ou a aprovação de uma moção de censura por maioria absoluta implicam a demissão do governo” (Constituição, 1996).

Em resposta a atitude dos parlamentares, o Conselho Nacional de Jurisdição (CNJ) do partido aplicou sanções aos mesmos, e, em seguida, entrou com o processo no Supremo Tribunal de Justiça (um órgão que resolve também os problemas eleitorais, pois o país não possui tribunal eleitoral como no Brasil) para solicitar a suspensão de mandatos dos parlamentares, conforme o *artigo 21º inciso f)* de estatuto do partido, com a alegação de que, os deputados teriam violados o *artigo 16º, inciso b,d e j)*, nos quais constam os seguintes deveres dos (as) militantes:

⁸ Abel da Silva Gomes, Braima Camará, Amido Keita, Bacai Sanhá Júnior, Eduardo Mama, Adulai Djaló (Nhiribui), Tchernó Sanhá, Tumane Mané, Aurora Sanó, Rui Diã de Sousa, Manuel Nascimento Lopes, Isabel Buscardini, Adja Satu Camará, Soares Sambu e Baciro Djá (Sangremah *et al.*, 2019, p. 15; Cá, 2023).

b) manter total fidelidade e lealdade aos princípios do partido e firme determinação na defesa da democracia; d) lutar pela realização do Programa do partido; j) Observar a disciplina partidária cívica, contribuindo assim para a defesa da unidade e coesão do Partido e da legalidade democrática” (Estatuto, 2018, grifo do autor).

Não vamos entrar no mérito dessas legislações, mas o fato é que os referidos deputados foram fundamentais para as suas efetivações. Após votarem contra o Programa e Orçamento do próprio partido, os referidos parlamentares denunciaram a postura autoritária do presidente do partido e ausência da democracia intrapartidária. Destarte, a não aprovação dos dois instrumentos de governação do partido deve-se ao facto dos mesmos não terem sido discutidos primeiramente no fórum do partido antes de serem encaminhados para plenária.

Importa frisar que, Braima Camará, apesar de ter perdido a corrida para a liderança do partido e para a Assembleia Nacional Popular (ANP) exercia muita influência dentro do partido – conseguiu arrastar um número significativo de militantes e dirigentes que se alinhavam com a sua perspectiva. Ou seja, era perceptível que Braima Camará

já liderava uma franja considerável dos militantes do PAIGC antes do início da nona legislatura. Esta liderança teria influenciado a decisão dos 15 deputados que se transformaram os seus direitos constitucionais em relação a liberdade de votar em abstenção contra ou a favor do Programa de Governação e do Orçamento Geral do Estado na Assembleia Nacional Popular (ANP) num instrumento de protesto não contra o PAIGC, mas contra a liderança de Eng. Domingos Simões Pereira, considerado rival político de Braima Camará desde o oitavo congresso dos libertadores em Cacheu (Cá, 2023,p.18).

Assim, importa frisar que os 15 parlamentares entraram com o processo no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) contra o partido. O STJ através do acórdão 4/2016 tendo como fundamento o artigo 82º *inciso 1)* da Constituição da República, onde consta o seguinte: “nenhum deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, preso, julgado ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício do seu mandato”. A decisão do STJ demonstrou uma incongruência, pois de um lado afirmava que os mesmos não podiam perder os seus mandatos, por outro lado, recomendou a observância do estatuto do partido.

No sistema político guineense não existe deputado independente, ou seja, todos os parlamentares estão na base de um partido político, dito isso, a partir do momento que os 15 deputados foram suspensos do partido, seriam automaticamente substituídos, como o partido fez. Mas os mesmos compareceram na sessão parlamentar criando clima hostil. Muitas sessões foram interrompidas devido às tensões instaladas e o parlamento ficou disfuncional por muito tempo, ou seja, a “suposta maioria resultante da aliança do PRS com o grupo dos deputados

dissidentes do PAIGC, conhecido por Grupo dos 15, não tinha maioria na comissão permanente, órgão do Parlamento que agenda as plenárias (Martins *apud* Nanque, 2022, p.16).

Diante daquela conjuntura, Sangreman *et al.* (2019) afirmam que nenhum dos governos que se seguiram após a destituição do governo liderado por Domingos Simões Pereira, conseguiu fazer aprovar tanto o Programa de governo quanto o Orçamento Geral de Estado. Lembrando que só naquela legislatura foram nomeadas mais de cinco Primeiros-ministros.

Não obstante a internacionalização da busca de solução para aquela crise, com a inserção da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), onde foram assinados dois acordos, nada surtiu efeito, ou seja, as instituições de Estado, principalmente, a ANP continuava bloqueada. Em 2018, os 15 parlamentares resolveram criar os seus próprios partidos políticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi levantada a questão sobre como as disputas internas no PAIGC após o seu VIIIº congresso realizado na cidade de Cacheu, norte do país, foram determinantes para a crise política e institucional que abalou o país durante a IXª legislatura.

Assim, no decorrer desta investigação, constatou-se mediante a análise descritiva dos acontecimentos que marcaram esse período e da bibliografia especializada que as disputas internas no PAIGC afetaram o país devido à fragilidade das instituições do Estado. De salientar que, apesar da relevância das organizações partidárias para o funcionamento da democracia, em um país onde existem instituições fortes, o problema de um partido político não pode/consegue inviabilizar o funcionamento normal das instituições do Estado.

Além disso, observou-se que a Constituição da República foi um dos elementos fundamentais para a crise, pois a própria carta magna outorga muitos poderes ao chefe de Estado. O artigo 104, inciso 2) afirma que o Presidente da República pode “demitir o governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular”.

Esta legislação apresenta ambiguidade, ou seja, é passível de diversas interpretações e, o seu problema é sobre o que pode ser considerado como uma “grave crise”. Kosta (2016) afirma que quando o legislador utiliza o termo “grave crise”, mas não explica o que pode ou

não ser considerado de grave crise, está dando o poder absoluto para quem o detenha usar quando bem entender.

O estudo revelou que o Presidente da República, José Mário Vaz (JOMAV), aproveitou dessa prerrogativa constitucional para tirar proveito da sua relação antagônica estabelecida no partido com Domingos Simões Pereira e os seus aliados. Assim, o desdobramento da divergência no partido, afetou as instituições do Estado. Após a destituição dos governos de PAIGC, os subsequentes governos não conseguiram nem se quer agendar o Programa e OGE para serem aprovados no parlamento, pois a Comissão Permanente, um órgão responsável para aprovar propostas da ordem do dia, conforme consta no artigo 48º, inciso h), era composta por uma maioria parlamentar da ala de DSP.

O país possui um sistema semipresidencialismo, mas com pendor presidencial, visto que a constituição atribui muitos poderes ao chefe de Estado. Isso tem inviabilizado a estabilidade governamental do país, tanto que, desde a realização das primeiras eleições em 1994, Kosta (2016) afirma que nenhum governo eleito democraticamente conseguiu fechar os quatro anos de governação, devido à destituição dos Primeiros-ministros. Esse fenômeno tem sido mais recorrente no PAIGC, um partido que ao longo da sua história tem enfrentado conflitos internos a nível da sua estrutura de poder, que acabam perpassando o fórum partidário e afetando as instituições do Estado. Aqui, listo alguns casos: em 1984, devido ao conflito interno, o então Presidente da República João Bernardo Vieira exonerou o Primeiro-ministro, Vitor Saúde Maria. Em 2005, o mesmo Presidente destituiu o governo de Carlos Gomes Júnior e Martinho Ndafo Kabi. Em 2014, José Mário chegou a nomear até 7 Primeiros-ministros. Também, teve o caso do então Presidente da República, Kumba Yala que chegou a ter 5 Primeiros-ministros no intervalo de 3 anos.

Tendo em vista isso, urge a necessidade de uma reforma constitucional, isto é, reduzir os poderes do Presidente da República, sobretudo, lhe impossibilitar de destituir os governos eleitos democraticamente. Isso seria um primeiro passo para viabilizar um clima de governabilidade e garantir a intranscendencialidade das crispções partidárias ao ponto de afetar as instituições do Estado.

Outrossim, observou-se nesse estudo a existência de uma tendência oligárquica no partido. Michels (1982) demonstra a impossibilidade da democracia nas organizações tão complexas como o PAIGC, um partido de massa segundo a caracterização de Duverger (1980). Ademais, constatou-se a incapacidade da direção eleita no VIIIº congresso de lidar com os grupos de interesse intrapartidário. Isso ficou evidente, a partir do momento que a ala derrotada no congresso não foi integrada na estrutura do partido e no primeiro governo da IXª legislatura.

REFERÊNCIAS

- BIJAGÓ, Vagner Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau**. 2017.
- CÁ, Luizinho Jorge. **Instabilidade Governativa na Guiné-Bissau: o Caso de Crise Política e Institucional da Nona Legislatura**. 2023.
- CARVALHO, Celisa dos Santos Pires. **Guiné-Bissau: instabilidade como Regra**. {Dissertação}. Ciência política cidadania e Governança pela Universidade Lusófona de humanidades e tecnologia). Lisboa, 2014.
- GUINÉ-BISSAU. [**Constituição** (1996)]. Constituição da República da Guiné-Bissau de 1996.
- COUTINHO, Ângela Benoliel. **Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980**. Edição da Universidade de Coimbra. 2017.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en afrique lusófonos. p.259-282.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959- 1994)**. Tese de Doutorado-Salvador, 2013.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. 2º edição. Rio de Janeiro: co-edição da Zahar Editores da Editora da UNB,1980.
- DW. **Congresso do PAIGC Mergulhado em Crises**. 2014.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda: A democratização no final do século XX**. 1994.
- Jaurá, Manuel. **Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau**. 2005.
- KOSTA, Aníran Ykey Pereira Kafft. **A problemática do sistema de Governo na Guiné-Bissau**. {Dissertação}. Coimbra, 2016.
- M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 1,n. 2, p.43-56. 2017.
- MICHELS, Roberts. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Editora. Universidade de Brasília. 1982.
- MONTEIRO, Lesmes. **As Armas de Cacheu: Conspiração política**. Editor: Euedito. 2015.
- MARTINS, Geraldo. **Desilusão: Governança e exercício político durante a IX legislatura na Guiné-Bissau**. Edição do autor. Portugal, 2019.

NÓBREGA, Álvaro. Guiné-Bissau: Um Caso de Democratização Difícil (1998-2008). 2015. PAIGC. **Estatuto**. 2018.

SANGREMAN, Carlos; MARTINS, Luís Vaz; PROENÇA, Fátima. **Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro**. In: Guiné-Bissau: A Evolução da Situação Política de 2010 a 2018. Edição: CESA-Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e 23 Gestão da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019.

SEMEDO, Rui Jorge. **Ativismo político-social e Crise institucional na Guiné-Bissau**: caso do MCCI, Bassora di Povu, o Cidadão e Voz do Cidadão do mundo. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Bissau, 2020.

SUMA, Nando Paulo. **Democracia e comportamento eleitoral na Guiné-Bissau**: um estudo sobre a influência da etnicidade nas eleições presidenciais de 2019. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SEMEDO, Rui Jorge. **PAIGC: A Face do Monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974-1990)**. 2021.

TÉ, Paulo Anós; CANDÉ, Monteiro Artemisa Odila. **Regime de Partido Único na Guiné-Bissau**: o que falhou (1973-1991).

TCHAU-TSI, Liu. **A luta interna no partido**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória. 1952.

UNIÃO EUROPEIA: **relatório final de comissão de observação eleitoral: eleições presidenciais e legislativas**. Bissau, 2014.

VIEIRA, João Bernardo. **Memórias do VIII Congresso do PAIGC, Cacheu**. 2014.

TAVARES, Fernando Jorge. **Limiares crítico da Educação na África Lusófona**. In: I Congresso Internacional de Filosofia e Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. São Paulo. Uninove. 2009.